Sustentabilidade Urbana e Desenvolvimento Sustentável: uma discussão em aberto

Gisele Silva Barbosa(1)**; Patricia R. C. Drach**(2); **Oscar D. Corbella** (3)

(1) D EG/ PEU/Escola Politécnica, PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: giselebarbosa@poli.ufrj.br
(2) PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: patricia.drach@gmail.com
(3) PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: oscar.corbella@gmail.com

Resumo
Esse artigo tem como objetivo apresentar uma discussão acerca dos termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade urbana. A pesquisa, que ainda está em desenvolvimento e visa elaborar um estudo teórico apresentando diferentes posicionamentos sobre os termos citados anteriormente. Apesar de bastante debatido e aceito pelo senso comum, o conceito de sustentabilidade não possui precisão e acaba ganhando vários sentidos, algumas vezes contraditórios. A partir do século XX a preocupação com as questões ambientais assumiu uma importância significativa. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento de novas tecnologias e a intensificação da exploração dos recursos naturais, fez com que a escassez de matérias-primas naturais ficasse evidente. As cidades contemporâneas têm se caracterizado por antagonismos demonstrados nos espaços de privilégio e exclusão que constroem paisagens tanto calamitosas quanto espetaculares. Essas diferenças desafiam os planejadores urbanos a desenvolver as cidades contribuindo para que os cidadãos vivam com qualidade e tenham acesso à saúde, moradia e alimentação, através de um desenvolvimento com equidade. Cada setor social apresenta o seu posicionamento acerca da "crise ambiental", alguns catastróficos outros ponderados, alguns pautando soluções dentro do próprio sistema atual e outros buscando modificações drásticas. Neste contexto, e principalmente nas últimas três décadas, termos como desenvolvimento sustentável (DS) e sustentabilidade urbana começaram a ser discutidos mais intensamente visando uma possível solução para os problemas ambientais enfrentados.

Palavras-chave: *Sustentabilidade, Desenvolvimento sustentável, crise ambiental.*

Abstract
This article aims to present a discussion of the terms sustainable development and urban sustainability. The research, which is still in development and aims to develop a theoretical study with different positions on the terms mentioned above. Though quite debated and accepted by common sense, the concept of sustainability does not have accurate and wins many ways, sometimes contradictory. From the twentieth century's concern with environmental issues assumed a significant importance. Especially after the Second World War, when the development of new technologies and intensified exploitation of natural resources, has made the shortage of natural raw materials became evident. Contemporary cities have been characterized by antagonism demonstrated in the spaces of privilege and exclusion that build both disastrous and spectacular landscapes. These differences challenge urban planners to develop cities contributing to citizens live with quality and access to health, housing and food, through a development with equity. Each social sector presents its position on the "environmental crisis", some other catastrophic weighted, some guiding solutions within the current system and others seeking drastic changes. In this context, and especially the last three decades, terms like sustainable development and urban sustainability began to be discussed more intensively towards a possible solution to environmental problems faced.

Keywords: *Sustainability, Sustainable development, environmental crisis.*

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute a cerca do que vem a ser desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, e dessa forma, diferentes atores da sociedade "lêem" o conceito da forma que lhe é mais conveniente. As distintas percepções ideológicas da problemática ambiental se traduzem em diferentes discursos, e consequentemente, em diversas formas de atuação nas cidades embasadas por uma apropriação política do discurso "ambiental".

O conceito de Desenvolvimento Sustentável ganhou destaque nas discussões políticas e organizações após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 1992. Nas últimas décadas a discussão de desenvolvimento sustentável passou a se estender considerando mais o ambiente urbano. Grande parte da população mundial reside em cidades e desta forma, qualquer conceito referente ao desenvolvimento passa também a incluir o espaço urbano onde ocorre grande parte das relações humanas.

A atual sociedade ocidental passa por mudanças culturais, sociais e econômicas. Desta forma, apresenta indícios relevantes de mudanças de posturas e até mesmo a possibilidade de um novo sistema econômico capaz de gerir as atuais necessidades e demandas dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que tanto se discute as questões ambientais e de justiça social, a poluição, o consumo exacerbado, a produção excessiva de dejetos e a disparidade social nunca estiveram tão presentes no nosso cotidiano. Diante disso, nota-se a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável, diferente do desenvolvimento atual, que é baseado no lucro e privilegia uma pequena parte da sociedade. Os direitos básicos devem ser proporcionados, tais como o direito à água, ao abrigo, à alimentação, à saúde, à educação, entre outros.

2. O TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo Desenvolvimento Sustentável (DS) é bastante utilizado nos discursos ambientais e políticos atuais. A imprecisão do termo permite que ele seja apropriado por diferentes grupos sociais com posicionamentos distintos quanto ao desenvolvimento. Parte da imprecisão é inerente ao próprio conceito, que dependendo da abordagem e de quem aborda pode tomar conotações distintas.

2.1. **As Origens do Termo Desenvolvimento**

As contradições a cerca do conceito de DS se dão principalmente pelas contraditórias definições de desenvolvimento e da imprecisão do que vem a ser sustentabilidade. No meio acadêmico o debate sobre o conceito de desenvolvimento é bastante rico, principalmente quanto às diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento. Porém, "apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam" (SCATOLIN, 1989, p.24, In: OLIVEIRA e SOUZA-LIMA, 2006, p.15). É comum alguns autores atribuírem ao termo desenvolvimento somente o aumento da renda como condição para ser desenvolvido, sem se preocupar com a distribuição dessa renda. No entanto, nos debates mais recentes o desenvolvimento está sendo colocado de uma forma mais ampla, colocando além do crescimento econômico a melhoria da qualidade de vida. Esse segundo critério insere a melhoria dos indicadores econômicos e sociais como a diminuição da pobreza, o desemprego, as desigualdades, as melhores condições de alimentação, saúde, habitação e educação.

Ignacy Sachs (1993) aponta para um desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Para o autor o desenvolvimento socialmente includente deve ser, necessariamente, ético e solidário. Por outro lado, para que as coisas aconteçam é necessário que sejam economicamente viáveis. "O econômico não é um objetivo em si, apenas o instrumental com o qual avançar o caminho do desenvolvimento includente e sustentável" (SACHS, 1993). Ainda é tênue a linha que define o que é ambientalmente sustentável, mas a questão da preservação dos bens naturais é um consenso na maior parte das abordagens.

As diferentes visões de desenvolvimento também embasam diferentes ações governamentais e não-governamentais. No entanto, apesar de algumas controvérsias, os países agem em prol do crescimento econômico e essa via, por si só, não parece ser condição suficiente para diminuir a pobreza, incrementar a qualidade de vida e erradicar a miséria.

3. O CONTRADITÓRIO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade não possui uma definição amplamente aceita por diferentes setores da sociedade. Há indefinições tanto sobre a origem do termo quanto sobre seu significado. Uma das primeiras definições do conceito de sustentabilidade foi apontada por Lester Brown na WWI (Worldwatch Institute) no início da década de 1980. Lester escreveu que *"uma sociedade sustentável é aquela capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras"* (BROWN, 1980 In: ANDRADE e ROMERO, 2004). Já no ano de 1986 esse conceito foi utilizado no Relatório Brundland para definir desenvolvimento sustentável.

Muitas vezes o conceito de sustentabilidade é banalizado e tratado simplesmente como um conveniente artifício ideológico e político. Além disso, a falta de critérios específicos e leis incisivas no âmbito da gestão ambiental urbana nos indicam lacunas na literatura e falhas em experiências já realizadas que buscavam uma sustentabilidade para um determinado ambiente.

Para Henri Acselrad (1999) o termo sustentabilidade teve seu primeiro enfoque nas ciências biológicas onde cada ser vivo seria composto de um "capital/estoque" que seria possível estabelecer um fluxo de biomassa sem comprometer a manutenção desse "capital". A mesma lógica de manutenção dos recursos naturais mesmo com o uso constante destes foi mantida no discurso da sustentabilidade. Muitos governos, empresas e indústrias passaram a "esverdear" seus projetos e produtos com o intuito de continuar o crescimento econômico, mas passando uma imagem de durabilidade e consciência ambiental. Algumas ONGs e a própria academia passaram a ver a sustentabilidade como um mecanismo capaz de limitar o crescimento e constituir um novo princípio organizador focado no ser humano.

Bossel (1998) acredita que a sustentabilidade de um sistema só pode ser observada a partir da perspectiva futura, de ameaças e oportunidades. Ele destaca que no passado a sustentabilidade da sociedade era pouco questionada, pois a ameaça provocada pela ação antrópica era de carga reduzida e não provocava estragos muito sensíveis, o que permitia uma rápida adequação da natureza. A sustentabilidade de um sistema se torna ameaçado a partir do momento em que a natureza não é capaz de suportar e responder adequadamente à carga excessiva que recebe.

Esse artigo defende que a sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável. Além disso, perceber que a diminuição da produção e do

consumo de alguns pode possibilitar o ajuste social entre países e diminuir a injustiças sociais dentro das sociedades.

4. A DISSEMINAÇÃO DO IDEAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas últimas décadas o termo "desenvolvimento sustentável" passou a ser utilizado por instituições e a fazer parte do discurso político. O termo *desenvolvimento* e a palavra *sustentabilidade* possuem definições diversas e são utilizados de diferentes formas por atores sociais com interesses políticos e econômicos distintos. Consequentemente, a junção das duas palavras também forma um termo contraditório e cheio de significados, como já citado anteriormente.

A junção das palavras desenvolvimento e sustentabilidade foi oficializada no já citado Relatório Brundland em 1987, no documento "Nosso Futuro Comum". A partir do Relatório 'desenvolvimento sustentável' passa a ser definido como "aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (Nosso Futuro Comum, 1988; IN: CMMAD, 1991). Um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de "equidade", definida como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões através de processos democráticos para o desenvolvimento urbano. Apesar de ser um conceito questionável, por não especificar quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o Relatório Brundtland, com a definição de seus princípios básicos, chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente.

O conceito de DS foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 1992 (Rio, 1992), e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos. Ainda que bem aceito pela sociedade o conceito ainda está em construção e envolve diversos discursos controversos como já foi apresentado. O DS busca estabelecer efetiva possibilidade de uma ordem social ecológica e democrática, sem que isso implique necessariamente na mudança do modelo econômico. Entretanto, uma ordem social ecológica e democrática parece incompatível com uma ordem de mercado que busca o lucro e a acumulação sem controle.

Esse dilema parece originar-se da noção convencional de desenvolvimento, onde crescimento econômico e o nível de produção são os fatores que diferenciam um país desenvolvido de um país subdesenvolvido (ou em desenvolvimento). Discute-se, desde a década de 70, um "modelo alternativo de desenvolvimento" que busque conciliar a sustentabilidade ambiental e a justiça social. O conceito de DS teve como pano de fundo a busca de um "modelo alternativo", mas, não obstante, as necessidades de cada setor social ficaram evidentes no discurso político dos mesmos (SACHS, 1996). Alguns setores priorizam a proteção do "meio ambiente" e outros levantam a bandeira desenvolvimentista.A discussão acerca do DS pode agregar setores diferentes da sociedade, mas não deve receber significados diferentes de acordo com cada ator social. A discussão é válida para o desenvolvimento e definição do termo, mas a incorporação de uma grande quantidade de significados e enfoques pode tornar o termo frívolo e vazio.

W. Sachs (1996) destaca três visões diferenciadas de DS. A primeira ele denomina de "perspectiva da competição", segundo a qual o desenvolvimento pode ser duradouro e a preocupação ambiental emerge como força propulsora do crescimento econômico. Esta visão está centrada na conservação do desenvolvimento e não do meio ambiente. O meio ambiente está cada vez mais sendo utilizado como marketing para o crescimento econômico e para o

consequente consumo. Propõem-se aos empresários, como estratégia de crescimento, alcançar a "eficiência ecológica" e as empresas utilizam-se do slogan "eco" para vender cada vez mais. Assim, a "ênfase mudou da proteção à natureza para a preservação da produtividade dos recursos naturais para o uso econômico." (SACHS, 1996). Essa perspectiva refere-se também a uma visão tecnocêntrica onde os autores ligados a ela acreditam que a "sustentabilidade se refere à manutenção do capital total disponível no planeta e que ela pode ser alcançada pela substituição de capital natural pelo capital gerado pela capacidade humana" (BELLEN, 2005).

A segunda visão de DS destacada por W. Sachs é a "perspectiva do astronauta", difundida, principalmente, pelos ambientalistas. Ela é assim determinada por fazer uma referência à visão da Terra como o objeto em questão. A partir do momento em que astronautas trouxeram imagens e fotografias do globo terrestre, alguns ambientalistas destacaram a finitude dos recursos da Terra. Com essa visão a sustentabilidade é cada vez mais concebida como um desafio da gestão global, que deve identificar o equilíbrio entre o extraído e o emitido pelo homem e as capacidades de regeneração da natureza. A principal crítica à "perspectiva do astronauta" é a sua proposta extremamente quantitativa, proveniente de uma abordagem mais objetiva da sustentabilidade (MAGALHÃES, 2008). Nessa perspectiva os recursos naturais estão em primeiro lugar e não a humanidade.

A última visão de desenvolvimento mencionada por Wolfgang Sachs (1996) é a "perspectiva doméstica", onde o DS não é por excelência um fator econômico, nem a estabilidade da biosfera, mas os meios de subsistência global. Na visão da "perspectiva doméstica" para proteger o meio ambiente e as sociedades é necessário delimitar o desenvolvimento extrativista. Desejam-se sociedades descentralizadas e não embasadas na acumulação. Porém, a visão "doméstica" é um grande desafio, principalmente, para os países mais ricos, por propor uma diminuição da produção. A principal preocupação da "perspectiva doméstica" seria a busca de uma sociedade que seja capaz de permanecer em um nível intermediário de produção e consumo. W. Sachs (1996) acredita que o desenvolvimento deveria utilizar menos a natureza e incluir mais o ser humano. Além disso, ele destaca que a diminuição da produção não levaria necessariamente à diminuição do bem-estar. Modelos alternativos de desenvolvimento não centrados na acumulação e desperdício poderiam resultar em sociedades mais justas e ambientais. Para W. Sachs o problema da pobreza não está na pobreza, mas na riqueza. A desigualdade entre ricos e pobres é que propicia um ambiente de injustiças sociais e ambientais.

Nos estudos de Acselrad (2001) três matrizes descritas por ele se aproximam dessa terceira perspectiva defendida por Wolfgang Sachs: ética, autosuficiência e equidade. Essa abordagem coloca a questão ética como "evidenciadora das interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida do planeta". A segunda matriz descrita por Acselrad (2001) é a da "auto-suficiência", "desvinculada de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos de mercado mundial, como estratégia apropriada para a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento". Privilegia o mercado local em detrimento do global. Por fim ele destaca a "equidade" como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano.

O DS é um marco de referência para todas as atividades humanas. Esse conceito deve estar intrinsecamente ligado à concepção urbanística. Os estudos urbanos têm um papel básico neste cenário, pois são as cidades as áreas mais prejudicadas no contexto atual de descompasso entre as atividades humanas e o meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ser consenso que a definição precisa de sustentabilidade urbana ou cidade sustentável ainda é muito incerta. No entanto, a cidade sustentável também é um ideal a ser buscado. A ideia de sustentabilidade depende também do grupo social que a estiver idealizando. Parâmetros sociais, econômicos e ambientais podem até ser semelhantes, mas o ideal urbano sustentável é alterado de acordo com cada cultura. Desta forma, apesar de não haver um consenso na definição exata do termo sustentabilidade há uma vasta aceitação de que a assim chamada sustentabilidade enseja a um equilíbrio entre as necessidades humanas e o meio ambiente.

A sustentabilidade é um princípio norteador capaz de contribuir para um desenvolvimento centrado no ser humano e no meio ambiente. A busca por um equilíbrio entre o crescimento econômico e a justiça social pode indicar caminhos para a sustentabilidade urbana. Além disso, a interação entre as questões locais e globais e a preocupação com as gerações futuras contribui para o ideal de sustentabilidade. Pensar novas possibilidades e refletir sobre as reais necessidades do ser humano pode ser um caminho para se definir sustentabilidade e desenvolvimento. A partir de princípios racionais e éticos é possível convencer governos e cidadãos a pensar, refletir, agir e investir sobre uma nova possibilidade de conduzir suas ações. O DS é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que se caracteriza, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo dinâmico de mudanças. O conceito é amplo e sempre poderá ser apropriado por diferentes atores. No entanto, as diversas discussões sobre o termo DS abrem à questão de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente. O DS pode ser descrito como uma abordagem capaz de incluir o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, PP. 27-56, 2001.

ANDRADE, Liza M. S.de & ROMERO, Marta A. B. **Desenho de assentamentos urbanos sustentáveis: proposta metodológica.** I Conf. Latino-Americana de Construção Sustentável X Enc. N. de Tecnologia do Ambiente Construído. São Paulo, 2004.

BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOSSEL

CORBELLA, Oscar D. & BARBOSA, Gisele S. **La Busqueda de la Sustentabilidad: Principios Urbanos Ambientais.** Primer Congreso Sobre Ciudades Sostentables. Morelia, México, 2009.

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ONU – Comissão Brundland (1988) Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 2º edição, 1991.

CORBELLA, Oscar D. e YANNAS, S.. Em **busca de uma Arquitetura Sustentável para os trópicos: Conforto Ambiental**. Rio de Janeiro: FAPERJ Revan, 2003.

MAGALHÃES, R. **A constituição de Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano Sustentável.** Tese de Doutorado, PROURB\FAU\UFRJ, 2008.

OECD/IEA – Organisation for Economic Co-operation and Development/ International Energy Agency (2008) "World Energy Outlook 2008", OECD/IEA, Paris. URL: www.iea.org/textbase/nppdf/free/2008/weo2008.pdf.

OLIVEIRA, G. e SOUZA-LIMA, J (Orgs.). **Desenvolvimento em Foco: uma contribuição multidisciplinar**. Pinheiros: AnnaBlume, 2006.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Nobel São Paulo,1993.

_____. **Desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

SACHS, W. **Anatomia Política do Desenvolvimento**. In: Democracia Viva, nº1, nov 1996.